



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 1/2017**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

15 DE FEVEREIRO DE 2017

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

**2º SECRETÁRIO:** Mónica Serras

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**Período Antes da Ordem do Dia**

## **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Protocolo com a EDP para alteração do anexo I ao Contrato de Concessão;**
- 3. Casa Grande – Cessão da posição contratual;**
- 4. Revisão Orçamental;**
- 5. Adjudicação do Empréstimo MLP (excecionado);**
- 6. Adjudicação do Empréstimo MLP;**
- 7. Compromissos Plurianuais.**
- 8. Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Joaquim António Lopes Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Anacleto da Silva Batista, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Pedro Miguel Matos Carreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Francisco José Soares Lopes, Duarte Jorge da Silva Pedro, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina, Vítor Lopes Pires, Francisco da Silva António. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Fernando Vasco e Rui Serras. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que tinha sido acrescentado um ponto à Ordem de Trabalhos, ao abrigo dos estatutos, referindo ser necessário a aprovação de dois terços dos presentes para que o mesmo possa ser discutido, o qual foi aceite. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Duarte Pedro que referiu ter tido conhecimento que a empresa Valnor estava a pensar em fazer uma aumento das taxas em mais de cem por cento, questionando sobre o assunto. -----

Interveio o Senhor deputado Paulo Pedro manifestando o seu contentamento, como Presidente da Junta de Freguesia de Alcaravela, pelo início das obras em Panascos. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António agradecendo as manifestações de melhoras apresentadas pelos deputados municipais. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dando um cumprimento especial ao deputado Francisco António. -----

Sobre a Valnor disse que a empresa concretizou os seus intuitos tendo enviado uma fatura para a Autarquia, na qual a tarifa tem um aumento, com retroativos de 2016, em mais de cem por cento, ou seja, com uma diferença de cerca de 80 mil euros. -----

Referiu ter havido uma reunião com todos os municípios servidos pela Valnor, tendo sido acordado uma posição conjunta de devolução das faturas, pois todos os municípios acham ser ilegal o que se está a passar, dado que a ERSAR regula as tarifas e após essa regulação apareceram as faturas, o que não faz sentido. Disse ter sido enviada uma carta a solicitar uma reunião com as partes interessadas, município, ERSAR, IGF e Ministério, aguardando-se que a mesma se realize. -----

Sobre as obras em Panascos referiu ser um dos objetivos do executivo desde o início do mandato. ----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo o seu descontentamento para com a política que se tem praticado a nível nacional, nomeadamente o facto de entrega das suas declarações de rendimentos, questionando ao Senhor Presidente da Câmara, de acordo com o que foi dito pelo Ministro da Solidariedade, que as Câmaras iriam ter mais competências, se se vai ter uma segunda edição da delegação da entrega do ensino das escolas, em que foram prometidas verbas para a recuperação e manutenção, ou vem mais um pacote para as Câmaras Municipais aceitarem, gerirem e ficarem com o dinheiro em prejuízo do próprio concelho. -----

Durante muito tempo a oposição criticava a Câmara por vários contratos de outsourcing e na semana passada o partido comunista criticava o governo por ter gente demais em outsourcing o que fazia com que não houvessem tantos lugares disponíveis e estavam a ganhar à custa do património e é pena que nestas situações estes comentários não apareçam e na sua opinião deve-se criticar, seja quem for que esteja no governo. -----

Todos ali têm a obrigação como cidadãos num concelho do interior de procurar com afinco os interesses do mesmo e se a Autarquia ficar com um pacote envenenado como foi o das escolas o seu conselho é que não se deve aceitar, porque se ainda estiver naquele lugar, votará contra. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente das Câmara referindo que a sua posição pessoal em relação à delegação de competências, não mudou, considerando que as políticas de proximidade são mais eficazes do que aquelas que são decididas nos Ministérios, sendo um claro defensor das políticas de proximidade, dando o exemplo das florestas, que se tivessem a competência dos municípios, de certeza absoluta que este problema em Portugal não estaria como está, se os municípios tivessem competência na área da saúde, como houve uma tentativa do governo anterior em que houve um protocolo, um projeto piloto, tendo sido votado naquela casa, na sua opinião as coisas estariam melhores. Defende as políticas de proximidade, as delegações de competências com o respetivo baú financeiro. A proximidade às populações traz vantagens, as coisas são sentidas de outra forma, os políticos são questionados de outra forma, apesar dos problemas havidos em termos de escola, as autarquias não têm competências relativamente aos professores mas têm relativamente aos auxiliares de ação educativa e, todos os municípios com delegação de competências na área da educação têm nas escolas um número de funcionários superior aquele que o ministério teria se cumprisse os rácios, que era simplesmente o que fazia, com claro prejuízo para as crianças. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim António referindo-se à questão das florestas, dizendo saber que têm sido feitas algumas reuniões, algumas novas ZIF's no concelho, questionando sobre o que está a ser feito em termos de gestão florestal no concelho. -----

O Senhor Presidente respondeu que o município não tem qualquer competência sobre a área florestal, o que se tem feito é juntar proprietários, empresas, entidades que percebem destas coisas, articulando com o gabinete de apoio ao empresário incentivando-os à criação de zif's, o que para si faz todo o sentido, neste momento, com toda aquela área ardida, porque é mais fácil de o fazer, dado que os proprietários muitas vezes têm uma sensação de perda, mas agora não há nada a perder, estão todos em pé de igualdade e seria uma boa oportunidade para se juntarem e constituírem uma ZIF e foi isso que foi falado. A única coisa que a Câmara pode fazer varias vezes por ano, são reuniões com diferentes parceiros, sobre o caso do banco de terras, o caso do da cultura de medronho, também sobre a floresta e os incentivos do PDM 2020, para possíveis investimentos na floresta. -----

Também esta a decorrer uma candidatura feita pela Câmara Municipal no âmbito da defesa e proteção da floresta num valor superior a quinhentos mil euros, aguardando-se a resposta. -----

Lamentavelmente há situações em que se precisaria de ir mais longe e como a Câmara não é a autoridade gestora interventiva, não tem capacidade para ir mais longe porque a Lei não o permite. ----

O que se vai fazendo no âmbito da Comissão Municipal de Defesa de Florestas e Proteção Civil é alertar e sensibilizar os diferentes parceiros para o que esta mal e poderá vir a ser melhorado. -----

Referiu ainda a sua preocupação em relação ao próximo ano dado ter havido erros nos incêndios florestais e que até agora ainda não houve resposta, nomeadamente em relação aos rádios siresp. -----

O Senhor Presidente fez ainda referência a uma questão levantada pelo Senhor deputado Francisco Lopes no que concerne à ponte de São Francisco, informando não haver alterações à análise feita anteriormente, tendo sido colocados alguns marcadores para que se possa ir acompanhando eventuais oscilações da mesma. Há situações que serão resolvidas mas só depois de se verificar o resultado destes marcadores. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco Lopes referiu também que o muro está a ceder, não é só o problema das fissuras no meio da ponte, ao que o Senhor Presidente respondeu que também esta a ser acompanhado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal, dizendo ter verificado as fissuras no meio da ponte o que se deveu em tempos aquando da passagem da corrente elétrica para a sinalização que houve dos semáforos. Seria importante que a Câmara fizesse uma intervenção para tapar todas as fissuras pois é por elas que a água se infiltra por baixo do alcatrão. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu saber-se o poder que a água tem e realmente entrando ali, propaga-se e sai em qualquer lado. Será colocado alcatrão líquido, mas primeiro esta a perceber-se a questão das monitorização para saber se existe alguma oscilação que necessite de outro tipo de intervenção. -----

## **Ordem do Dia**

### **1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento espelha o que tem sido a atividade da Autarquia e o que tem sido o principio deste quadro comunitário que esta agora a começar verdadeiramente a andar, o 1420 que afinal é mais 1720, não só os trabalho de preparação das obras no plano de ação de reabilitação urbana mas também nos investimentos territoriais integrados, as obras de Panascos e Valhascos que estão em execução. -----

Mostrou a sua disponibilidade para responder a qualquer questão que se queira respondida. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista questionando o que significa os trabalhos de

acalmia de trânsito na estrada 358 em Cabeça das Mós, ao que o Senhor Presidente respondeu ser a colocação de lombas e alguma sinalização. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

## **2. Protocolo com a EDP para alteração do anexo I ao Contrato de Concessão;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este protocolo já existe e que foi renegociada com a Associação Nacional de Municípios e a EDP no âmbito da substituição das lâmpadas de mercúrio por vapor de sódio, sendo neste ponto que se verifica a alteração, passando a substituir por vapor de sódio e leds. -----

Considerando o Contrato de Concessão existente entre o Município de Sardoal e a EDP até 2021 e de acordo com a alínea p) do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade autorizar a celebração de um Protocolo para alteração do anexo I ao Contrato de Concessão, com dezanove (19) votos a favor. -----

## **3. Casa Grande – Cessão da posição contratual;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo ser explícito o pedido feito pela empresa Marimi, a qual tem um procedimento que ainda não terminou com o Quadro Comunitário anterior e com receio que o não encerramento deste procedimento possa ferir a candidatura que está neste momento a fazer, até ao final do mês, ao Turismo de Portugal, para transformação da Casa Grande no Hotel, de acordo com o contrato e a adenda a esse contrato já foi aprovado em Assembleia Municipal e aquilo que propõe é a cessão da posição contratual para uma outra empresa de nome Requisitos de Sonho, que pertence ao mesmo grupo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António questionando se o facto de se votar favoravelmente de maneira alguma vincula o contrato com esta nova empresa, terá de haver um novo contrato relativamente a estes requisitos e esta empresa nova. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que nestas situações, existe uma segunda empresa que aceita tudo aquilo que está contratualizado pela primeira, ou seja, assume os contratos aprovados, o que vai haver é uma assinatura de um outro contrato entre as três partes, a Câmara Municipal, que não se opõe à cessão da posição contratual, a Marimi, que cede a posição contratual e a Requisitos de Sonho que aceita e assume integralmente tudo o que está contratualizado e será o executor da obra. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco Lopes questionando sobre o capital social da empresa,

ao que o Senhor Presidente referiu ser inferior ao da outra empresa e vale o que vale e terá de ser objeto de análise por quem vai financiar. -----

Referiu ainda que o município até aquele momento fez tudo o que podia fazer, sobre este assunto da Casa Grande e Hotel de Charme, para transformação daquele edifício num equipamento que faz falta a esta região e recuperação do externado. -----

A partir de agora esta nas mãos do financiador e da candidatura que foi feita. -----

Considerando a comunicação apresentada pela Empresa Marimi, a solicitar autorização para cessão da posição contratual que detém no Contrato de Cessão de Uso, aprovada por maioria pela Câmara Municipal, e, considerando a alínea p) do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por maioria, autorizar a cessão da posição contratual com quinze (15) votos a favor, da bancada parlamentar do PSD e GIS e quatro (4) votos contra da bancada parlamentar do PS. -----

#### **4.Revisão Orçamental;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara explicando o porque da revisão orçamental, nomeadamente o facto de num procedimento concursal, que se julgou estar encerrado no ano de 2016, mas transitou para 2017 e com isto, no orçamento está “pessoal em funções” e o que deve constar é “novos postos de trabalho” visto que os lugares serão ocupados em 2017, sendo uma questão técnica.

Tem a ver também com a reposição abatida aos pagamentos em que a CCDR diz eu deve ser feito nesta altura. -----

Ter-se verificado ainda a necessidade de executar a empreitada de saneamento em Valhascos, em que o que se verifica a necessidade de se deixar preparado as coisas para o saneamento básico o que encarece e não estava em orçamento.

A obra de Casos Novos também tinha prevista um valor o qual é mais elevado.

Referiu ainda, estar relacionada com o IVA, que normalmente existe um acerto de contas, sobre o mesmo, mas com esta obra, é provável que este acerto de contas, que muitas vezes tem vantagem para o município, agora deixe de ter, sendo importante ter-se esta rubrica aberta, porque tem prazo de pagamento. -----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Revisão Orçamental, com dezanove (19) votos a favor. -----

#### **5.Adjudicação do Empréstimo MLP (excecionado);**

---

*Ola nro. 1*

*Realizada no dia 15-02-2017*

*Sessão Ordinária*

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo tratar-se da adjudicação dos termos propostos no documento para a contração do empréstimo a médio e longo prazo excepcionado, porque de acordo com a legislação em vigor, tudo o que seja empréstimos para suportar a componente nacional das obras com financiamento comunitário, não contando para a capacidade de endividamento. Referiu ainda que este empréstimo é para as obras da escola.-----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves, questionando o porquê de haver um período de carência de dois anos, porque quando se adia um pagamento inicial, normalmente paga-se um bocadinho mais caro e se a carência é de capital e juros, ou só de juros. -----

O Senhor Presidente respondeu que tem a ver com a análise feita à situação financeira da Autarquia, que tem um conjunto de empréstimos a médio e longo prazo, a 15 e 20 anos, os quais terminarão num período de dois anos e o que se fez, foi para não condicionar o que normalmente se faz em termos de tesouraria e feitas as contas, o que se vai deixar de pagar e a contração nos empréstimos que se esta a fazer, fica-se ainda com um saldo positivo de tesouraria. -----

Referiu não haver outra forma de se fazer obra, em termos de fundos comunitários. -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o empréstimo nos seguintes termos: -----

a) Autorização da realização da obra mencionada na presente proposta, bem como da aquisição de equipamento, material didático e adjudicação de serviços necessários para a execução da mesma, até ao valor máximo elegível, 4.347.817,94€, nos termos do nº 2 do artigo 51º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;

b) Autorização para contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 934.582,64€, nas condições constantes da proposta apresentada pela Caixa Crédito, nos termos do nº 5 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, com dezanove (19) votos a favor. -----

#### **6.Adjudicação do Empréstimo MLP;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este empréstimo é um conjunto de necessidades que a Autarquia tem, de três partes, uma de pavimentação da localidade de Casos Novos, prevendo-se um custo de setenta mil euros; outro, relativo à requalificação da zona histórica, na primeira fase, prevê-se um custo de 153 mil euros e tem a ver com os corredores pedonais e também,

ao alargamento da rede de esgotos em Valhascos, a alteração que se fez no empréstimo, de 13 mil euros. -----

Sendo certo que a primeira é para assumir a totalidade pelo município não se vislumbra nos próximos tempos, neste quadro comunitário, haja financiamento para este tipo de obras. -----

Se neste momento a Câmara tem a capacidade de endividamento que tem, se tem a possibilidade de o fazer neste período de carência, com o terminar de alguns empréstimos e o começar deste e, mesmo assim, passa-se a ter uma folga positiva em termos de tesouraria, na sua opinião a capacidade de endividamento serve para ser utilizada para bem dos munícipes. -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade autorizar a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 236,7 mil euros, nas condições constantes da proposta apresentada pela Caixa Crédito, nos termos do nº 5 do artigo 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, exceto o período do contrato, que deverá ser de oito anos, com 2 anos de carência após visto do tribunal de contas, para que se possa cumprir com o exigido, no nº 4 do artigo 51 da mesma Lei, com dezanove (19) votos a favor. -----

#### **7. Compromissos Plurianuais.**

O Senhor Presidente da Câmara fez referencia os encargos havidos. -----

Considerando a alínea b) do nro.1, do artigo 22º do DL nro. 197/99, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos entre 21/12/16 a 08/02/2017. -----

#### **Assunto Extra Ordem de Trabalhos**

#### **8. Acordos com as Juntas de Freguesia**

O Senhor Presidente referiu que estes protocolos têm um horizonte de quatro anos, contudo, as verbas têm de ser revistas todos os anos e estão inscritas em orçamento, sendo montantes iguais aos do ano transato. -----

Considerando o artigo 133º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar os Acordos de Execução com as Juntas Freguesia, no ano de 2017, distribuídos da seguinte forma: -----

Junta de Freguesia de Alcaravela – 15.857,49€, -----

Junta de Freguesia de Santiago de Montalegre – 8.110,21€,-----

Junta de Freguesia de Sardoal – 19.479,48€,-----

Junta de Freguesia de Valhascos – 6.552,82€, com dezanove (19) votos a favor. -----  
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

### **Período de Intervenção do Público**

Interveio o munícipe Senhor João Agudo, questionando para quando a conclusão dos passeios em Vale da Carreira, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara tem consciência de arranjar os passeios, mas os serviços operacionais nunca estiveram um dia parados e em entendimento do executivo houve outras prioridades que foram executadas e com tempo chegar-se-á à conclusão dos passeios naquele local. -----

Interveio o munícipe Senhor Manuel Luis Costa, referindo-se aos cartazes de publicidade na Vila, que não são retirados, dois dos quais até poderiam ter sido deitados fora por funcionários da autarquia, que estiveram bem perto deles e nada fizeram. -----

Fez referência às Festas do concelho para 2017, sugerindo uma noite no palco principal, com artistas do Sardoal, pois existe gente com valor que pode fazer um espetáculo digno. -----

Continuo, questionando para quando é que o Sardoal vai ter o parque de estacionamento para as autocaravanas.

O Senhor Presidente referiu, em relação aos cartazes, que a Câmara licencia a afixação de cartazes sempre com a exigência de que quem os põe, terá de os retirar e nem sempre isso acontece mas fica registado e no ano seguinte se for pedido de novo a Câmara terá de negar, por não ter sido cumprido. Outros aparecem sem conhecimento da Autarquia, sem pedido de isenção, sem pagamento de taxas e não se consegue chegar à origem. -----

Na verdade existe outra situação, que lamenta, sobre a qual se tem lutado, tem-se melhorado bastante mas nunca se irá conseguir resolver a cem por cento e que tem a ver com uma organização com cerca de cento e sessenta trabalhadores na sua esmagadora maioria, bons profissionais, ou quase totalidade deles bons profissionais, mas às vezes as pessoas pensam que o assunto não é com elas e não fazem o que poderiam fazer e se não fazem deveriam pelo menos alertar para tal. As pessoas têm sido sensibilizadas para o fazerem, dando o exemplo do cartaz na relva, se as pessoas ali se encontram a tratar, porque não o retiram, mesmo não sendo da sua competência, gostando que houvesse pro atividade nestas situações. -----

Sobre as Festas do concelho e esse espetáculo, o mesmo só não existiu, não porque a Câmara não quisesse porque enquanto colaborou com associações do concelho, durante muitos anos, existiu um espetáculo no palco principal. Essa iniciativa tem de partir das associadas do concelho. No ano transato houve uma associação que propôs um espetáculo, mas da forma como foi apresentado a Câmara não achou que fosse bom para aquele palco e, resultou muito melhor, no espaço em que foi feito, que foi na Praça Nova. -----

Referiu também que não se pode ser injusto em relação às associações do concelho que têm feito muito bons espetáculos nas Festas do Concelho e não percebe porque é que tem de ser no palco principal não concordando com o município quando coloca as coisas em termos de nível no palco principal, porque o palco principal é qualquer um, desde que o espetáculo seja bom, além porque não está a ser justo porque tanto Getas como a Filarmónica têm feito bons espetáculos fora do palco principal. Não é o palco que faz o artista nem o cartaz o que faz a qualidade do espetáculo é aquilo que é feito pelo artista, seja em que local for. -----

Referiu que a Câmara esta disponível para apoiar seja qual for a associação que queira fazer um espetáculo nas festas, sobre certos padrões de qualidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_